



## UM GRUPO ESCOLAR COMO SÍMBOLO DA AÇÃO REPUBLICANA EM CÁCERES (1910-1916)

GT 13 – História da Educação  
**Trabalho completo**

Veronete Dias Gomes/SEDUC-MT  
neth.said.ng@gmail.com

Dimas Santana Souza Neves/ UNEMAT  
dimasneves@unemat.br

Francielli Paulino dos Santos/UNEMAT.  
francielli.paulino.s@unemat.br

### **Resumo**

Este texto tem como objeto as razões da instalação do Grupo Escolar Espiridião Marques, em 1910. O objetivo é construir uma análise da criação e a organização desse modelo escolar. Estudamos as formações discursivas e compreensões genealógicas a partir de Foucault (2000) e Magalhães (2004) As fontes são relatórios de dirigentes e regulamentações da instrução. A partir de teóricos como Carvalho (2003), Reis (2006), Silva (2011), problematizamos o projeto de reforma da instrução produzido pelos republicanos. Essa política pública produziu fundamentos da visibilidade e disciplinamento que ontribuíram para se pensar e definir o lugar sociocultural da instituição Grupos Escolar. Palavras-chave: Reforma. Instrução Pública. Grupo Escolar.

### **1 Os republicanos propõem uma política de instrução pública.**

Desde o início de gestão, o ideário dos dirigentes republicanos buscava promover mudanças significativas na instrução pública, visando objetivos articulados. Uma definição mais precisa acontecer no alvorecer da década de 1910 em Mato Grosso, após duas décadas de experiências. Isto porque, segundo o Presidente Cel, Pedro C. C. da Costa, em relatório de 1910 assegurou que qualquer mudança teria consequências e, por isso entendia que: “Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária sem a conveniente habilitação de pessoal para a regência das escolas dessa categoria, e sem o mais que se requer para a proficiência dellas”. Com um olhar centrado na formação de professores ele acreditava que as alterações deveriam acontecer qualificando ou contratando professores para atuar no ensino. Para ele, o centro do problema de aprendizagem estaria na qualidade dos profissionais do ensino escolarizado. Porém essas ideias irão articular para produzir os efeitos que os republicanos almejavam.

Ao assegurar que estavam comprometidos com esse pensamento, o dirigente assegurou que o governo estava aparelhado para melhorar a parte “material da instrução”, ou seja, tinha condições de qualificar os prédios, os materiais escolares, os equipamentos e mobílias escolares. Para ele, “[...] isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério público, que deve tornar-se atraente e de real proveito para a sociedade”. Fator que demonstrava a preocupação, com o espaço social da escola, com o prédio, com a organização institucional e administrativa da escola e com as condições de ensino pelos professores.

Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da Instrução popular, base fundamental de todo verdadeiro progresso social, que é tanto mais solido quanto mais difundida ella se acha; e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em S. Paulo, com o fim de crear aq̃l̃i uma Escola Normal, de que havemos mister para a realização desse importante objetivo, [...](MENSAGEM, Pedro Celestino Correa da Costa, 13 de maio de 1910)

Com essas compreensões, conseguiam demonstrar os objetivos prioritários da escolarização. Ao explicitar que o “verdadeiro progresso social” era a instrução popular, desde que ela estivesse “difundida”, ou seja, ampliada, universalizada. Logo, a proposta republicana era de fazer com que a instrução pública pudesse modificar as condições de vida da população. E mais. Para isso, a escolarização, precisava estar “sólida”, ou seja, consolidado, compreendida como importante, obrigatória, independente de fé, de religião, da família para que pudesse acontecer na vida das distintas infâncias locais ou regionais.

Para fazer avanços, o dirigente afiançou que mandou contratar dois normalistas em São Paulo. Visava, sobretudo, a formação de professores. As transformações irão acontecer exatamente nesses procedimentos. Ao contratar professores em São Paulo, o governante trouxe também um conjunto de ideais desses normalistas comprometidos com o pensamento do Presidente. Assim, para difusão do ideário da época, de ampliação da escolarização, da multiplicação do aparelho escolar foi criado alguns dispositivos que pudessem explicar o modelo de escolarização e difundir as ideias a respeito da escola normal e grupos escolares. Reis (2006, p.31) registrou que “[...] foi proposta a publicação de uma revista denominada “Nova Época”. Essa revista, segundo a autora, precisou dialogar com o Jornal A Cruz da Igreja Católica em função de que Leowigildo Mello e Gustavo Kuhlmann faziam pregações em torno da laicidade na instrução pública, em particular nos grupos escolares e a ampliação do distanciamento na relação Estado/Igreja. Ao confrontar com o jornal católico, os professores paulistas procuravam difundir o modelo de escola baseada nos grupos escolares como a melhor forma organizativa capaz de desenvolver os princípios e objetivos da escola republicana.

Para analisar esses aspectos da construção republicana estamos utilizando o pensamento de Foucault (2000) o sobre discursos e a genealogia e também a história da instituições de Magalhães (2004). Tais perspectivas teóricas auxiliam na compreensão das instituições e dos discursos que são proferidos visando sempre um objetivo de intensificar os suportes teóricos/práticos de um determinado conhecimento: neste caso os grupos escolares em Mato Grosso. Por isso, utilizamos como fontes alguns relatórios de dirigentes e regulamentações prescritas no período de institucionalização dos grupos escolares.



## 2 A emergência do grupo escolar em Cáceres

Após outras tentativas de reorganização do ensino primário com base no pensamento republicano, em 1910 foi publicada a Reforma da Instrução Pública primária em Mato Grosso. Com as bases de pensamento nos modelos de escolarização que aconteciam em São Paulo<sup>1</sup>. Dois anos depois já haviam planejado a existência dessas instituições:

São seis os grupos escolares criados no Estado. Dois nos dois distritos desta Capital pelo decreto n.º 258 de 20 de Agosto de 1910, e quatro pelo decreto n.º 297 de 17 de Janeiro do corrente ano, nas cidades de Corumbá, São Luiz de Cáceres, Poconé e na Vila do Rosário. Destes foi apenas instalado no dia 9 do corrente ano o da cidade de São Luiz de Cáceres, tendo funcionado durante o ano letivo findo somente os dois distritos da Capital. (MATO GROSSO. Relatório. Major José Estevão Corrêa, Cuiabá, 29 de março de 1912)

Como podemos conhecer, a organização/distribuição do grupo escolar obedecia a uma lógica constitutiva que visava estabelecer diferenciações de modelos escolares e, por isso, estavam espalhando a proposta institucional pelo Estado, em áreas estratégicas, como se desejassem a criação de polos regionais do processo educativo. Nascia, assim, o instigante ambiente de ensino primário denominado de grupo escolar e avançava para além da Capital do Estado; buscavam a ampliação desses modelos educativos para mais quatro cidades do interior. Uma delas exatamente no coração do pantanal, na cidade Cáceres, fronteira com a Bolívia. Ao que tudo indica, os republicanos almejavam tratar Cáceres como a centralidade do processo educativo da região oeste e também um polo referencial do trabalho com políticas públicas para assegurar um poder/saber capaz de garantir a intensidade da política, da educação e ampliar as condições socioeconômicas, culturais e educativas da população regional.

O mais instigante é que, pelo documento acima descrito, as autoridades afirmavam que essas instituições deveriam ser guiadas pelos mesmos princípios que orientavam os modos constitutivos e disciplinares dos grupos escolares de São Paulo. Essa conformação estava disposta no Decreto nº 297, com data de 17 de janeiro de 1912, em Cuiabá e que criou os quatro Grupos Escolares nas cidades de Corumbá, São Luís de Cáceres, Poconé e Vila do Rosário. Já no funcionamento, com os trabalhos ainda iniciantes nos grupos escolares, principalmente no Grupo Escolar em Cáceres, que teve início em 1912, de acordo com um relatório, o alcance da instrução pública estava sendo ampliada, conforme poderemos conhecer

[...] A matrícula no grupo da cidade de São Luís de Cáceres foi de 217 alunos, todos de nacionalidade brasileira. Delas, 140 do sexo masculino e 77 do feminino. Dos matriculados 155 são de idade de 7 a 12 anos e 62 de mais

<sup>1</sup> Reis (2006) Silva (2011) Sá e Sá (2011)

de 12 anos. Foram eliminados no decurso do ano 87, dos quais 62 do sexo masculino e 25 do feminino. A frequência média foi de 78 na seção masculina e de 52 na feminina. [...] Reconhece o Diretor do grupo que tais resultados não correspondem aos seus esforços empregados no sentido de bem servir a causa do ensino.. (MATO GROSSO, Relatório. José Estevão Corrêa . Cuiabá, 15 de março de 1913).

Nestes escritos podemos conhecer a expansão da escolarização, como uma tentativa de alcançar a universalização do ensino. Os escritos permitem conhecer a existência de salas de aula para meninos e meninas, inclusive, com a coeducação dos sexos porque havia salas de aulas mistas. A idade variava entre 7 e 12 anos, porém havia atendimento de um contingente significativo de adolescentes e jovens com mais de 12 anos. É interessante notar que a descrição de que “foram eliminados” alguns estudantes permite fazer inúmeras considerações: foram expulsos da escola? Foram excluídos por quais razões? Eles desistiram da escola? Eles conflitaram com quais aspectos do processo de escolarização? Obviamente que há razões para um dos eventuais acontecimentos desses, no entanto, os dirigentes não revelavam em nenhuma hipótese ou preferiam omitir dos relatórios. Afinal, se tratava de questões disciplinares? questões morais? conflitos didático/pedagógicos? Da produção de injustiças socioeducativas? De todo modo, é interessante constatar que havia demanda para ampliação da escolarização. Existia uma população que estava disposta a enviar seus filhos às escolas.

Contando com professores paulistas que foram contratados, segundo Silva (2011, p. 01) “o ensino em Mato Grosso passou a ser orientado a partir de práticas modernas, efetivadas com chegada dos professores Leowigildo M. de Melo e Gustavo Kullmann”. Para a autora, além de outros compromissos com o pensamento republicano, trouxeram a responsabilidade com a educação, “[...] com destaque para a criação de um grupo escolar modelo, com sede em Cuiabá, de uma escola para crianças menores (jardim da infância), com currículo redimensionado com História do Brasil, Universal; Educação Moral e Cívica; Educação Doméstica”. Vejam que dois professores paulistas chegaram para organizar e estabelecer a direção das instituições educativas: grupos escolares, escola modelo e escola normal. Esses professores serão auxiliados por outros dois professores normalistas também contratados em São Paulo para direção de dois grupos escolares: O professor Valdomiro Campos que dirigia o Grupo Escolar de Poconé e o professor José Rizzo, designado para administrar e ministrar aulas no Grupo Escolar em Cáceres. Esses profissionais do ensino vinham para preencher lacunas de falta de professores e consolidar o projeto republicano, via grupos escolares, como forma de estabelecer novas relações com a sociedade mato-grossense. (Silva, 2011)

Com a presença desses normalistas, com a ampliação dos grupos escolares, com a criação de ferramentas para explicar o modelo de escolarização, esses assuntos chegaram a



compreensão dos dirigentes do Estado. As interpretações desses discursos são significativas porque tentam explicar os objetivos e modelos por outros modos. Provavelmente, pelos indícios, as interpretações dos dirigentes provinham das definições e explicações estabelecidas e apresentadas pelos professores contratados que criaram a Revista Nova *Época*. Todavia, os dirigentes estatais não confrontavam com a igreja sobre a laicidade e outros princípios educativos. Assim compreendido, um dos exemplos dessa situação se vê quando o Presidente Caetano Manoel de Faria e Albuquerque (1916), em mensagem à Assembleia Legislativa garantiu o seguinte: “A educação, dizem, que faz o porvir, deve fazer a riqueza do porvir”

E, em seguida sacramentou: “Na actual evolução do ensino vibra a “idéa-força, que serve de alavanca ao movimento que convulsiona hoje á educação em todo o mundo, pode dizer-se, do occidente ao oriente”. Com uma citação de um outro dirigente ou de algum autor de obra, o governante fez uma pregação do futuro promissor a partir da instrução como ideia matriz do processo de consolidação da política pública. E, em uma crença motivante assegurou que em todo o mundo a educação estava “convulsionando”, isto é, sacudindo, transformando realidades a partir da realização da proposta de ampliação do atendimento da malha escolar.

E com a intenção de assegurar a qualidade das mudanças com os novos professores e com as ideias matrizes dos grupos escolares, o governante apontou uma avaliação

Praz-me reconhecer e assinalar, Snrs. Deputados, que a instrucción publica em Matto-Grosso, na capital e algumas cidades, tem melhorado de 1910 a esta parte, nem só quanto aos regulamentos e programmas, como também em relação a alguns edificios. O de que temos agora toda necessidade é de retocar esses regulamentos, pondo-os harmônicos e que esses regulamentos encontram intérpretes competentes e fieis. Nada valem leis e regulamentos si se lhes sobrepõe o alvedrio. (MATO GROSSO, Mensagem do General DR. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, 15 de maio de 1916)

Aqui trata-se de algo incomum, raramente encontrado. Particularmente porque traduz um discurso que reconhece o passado e valoriza o caminho tomado para definição das políticas de educação. por isso, o governante afirmou que a instrução pública [...] “ tem melhorado de 1910 a esta parte, nem só quanto aos regulamentos e programmas, como também em relação a alguns edificios”. Uma avaliação contundente porque assegura três partes sensíveis da organização didático pedagógica e administrativa dos grupos escolares. Ao tratar de programas ou conteúdo/matérias, regulamentos ou normatizações e as questões dos edificios, ou seja, arquitetura, organização dos prédios para disponibilidade enquanto espaço escolar, local de escolarização, de ensinar, de educar. Notemos bem que o discurso assegura um conjunto de propósitos e dispositivos que estavam construindo qualidade marcante na organização da educação em Mato Grosso e, de modo singular, os grupos escolares.



Além disso, o representante do Estado avaliou a necessidade de “retocar” os regulamentos da instrução de 1910. Até porque essa normatização não atendia o pensamento em torno das propostas concebidas pelos normalista que aqui chegaram com o intuito de disciplinar a juventude tendo por base a institucionalização dos grupos escolares e o funcionamento da Escola Normal. Esse retocar, portanto, significava adequar as normas à realidade da existência da escola seriada, matizada na formação constituída por esse modelo de instituição em que a aprovação, a avaliação, a seriação, a obediência e a assiduidade eram fatores fundamentais à consecução dos objetivos das políticas de educação na era republicana.

Isso fica evidente na construção do discurso do dirigente

Nesse aparelho educativo assume a maior importância a ESCOLA NORMAL, visto como toda a pedagogia moderna principalmente se empenha na formação do *professor*, cujo mister é, de preferência, educar o carácter, corrigindo as falhas do que os ingleses chamam – *home education*, educação do lar, pela intromissão positiva da educação paterna, ordinariamente tendente a reduzir a iniciativa e personalidade da criança, “substituindo um critério forte e outro critério fraco, uma vontade adulta e uma vontade infantil“. Aqui está o eminente papel social do *tutor* das escolas e universidades inglesas, nas quaes se busca de preferencia a *creação duma personalidade*, isto é, uma *vontade* e um *carácter*. Elle é o piloto, do qual o jovem tem necessidade, “para a sua barca não naufragar no mar das primeiras paixões e lutas pela vida“. Está hoje reconhecido “que a escola é o mestre” e que “a instrução vale o que vale o educador”. (MATO GROSSO. Mensagem. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Cuiabá, 15 de maio de 1916)

Sem esquecer, sem abandonar e sem deixar de mencionar a formação de professores, o dirigente acreditava nas propostas e, sobretudo, tinha convicção de que a centralidade do processo educativo estava no fazer, no ser e no construir do professor. Moldar o caráter, fazer com que os professores fossem os representantes legítimos da escola, inclusive substituir a educação da família, ser o grande transformador social a partir da instrução que deveria ser iniciada nas escolas até a escola normal com a formação de professores. As explicações para a existência dos grupos escolares em conjunto com o nascimento da Escola normal de Cuiabá formaram o grande trunfo do modelo de educação republicana.

### **3 O conteúdo por ensinar e as considerações sobre o modelo pedagógico.**

As questões da disciplinarização, da produção de corpos dóceis, do ordenamento de sentimentos, conformação de atitudes e comportamentos ficam bem visíveis nos conteúdos das respectivas disciplinas que eram exigidas nos grupos escolares. No Capítulo II, do Regimento dos Grupos Escolares, na parte relativa ao “Ensino” constava as prescrições

Art. 4º: As lições sobre as matérias de qualquer curso deverão, de acordo com o programa adaptado, ser mais práticas e concretas do que teóricas e



abstratas, e encaminhadas de modo que faculdades infantis sejam incitadas a um desenvolvimento gradual e harmônico.

Parágrafo único: cumpre que o professor tenha em vista desenvolver a faculdade de observação e, para isso empregue os processos intuitivos.

Art. 5º: O ensino será ministrado nas respectivas classes de inteiro acordo com o programa adotado sem preferência de uma sobre as outras matérias.

Parágrafo único: o ensino da música, trabalhos manuais, ginástica e exercícios militares serão ministrados pelos próprios professores. [...]

Art. 9º: Haverá nas classes e na sala da Diretoria os objetos necessários ao ensino e os exigidos pelo preceito da higiene conforme o modelo, a qualidade e a quantidade determinada pela Diretoria Geral da Instrução Pública. (MATO GROSSO, Regimento Interno pra os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso..APMT – Livro 213. Cuiabá, 4 de3 novembro de 1916)

Com os modos constituidores e de subjetivação dos corpos e das condutas dos sujeitos, com a definição dos responsáveis e local para realização desse sistema de pensamento sobre infância e escola, as preconizações constantes desse dispositivo organizador dos grupos escolares tinham agudo sentido de disciplinamento, de esquadramento, de ordenamento de formas de viver na escola. Inicialmente podemos entender que a higiene era o mais intenso programa porque ela não se limitava aos corpos das crianças, mas as relações que elas estabeleciam com o meio em que viviam. O uso de objetos escolares era outra ferramenta de fazer obedecer aos ditos e aos gestos de quem ensinava e cobraria novos comportamentos.

A normatividade prescrita para o cotidiano da vivência no ambiente escolar determinava que as matérias ou os conteúdos escolares dos programas de qualquer uma das disciplinas deveriam “ser mais práticas e concretas do que teóricas e abstratas”. Elemento esse que estabelece o sentido do ensino técnico visando uma aprendizagem dos modos de fazer e não conteúdos para analisar e interpretar realidades. Um verdadeiro utilitarismo do ensino escolar. A observação e o método intuitivo deveriam conduzir os estudantes para a percepção das coisas. O que evidencia a praticidade do conteúdo e não a compreensão da abstração dos signos e significados como ferramenta para viver as experiências da vida. Apenas a percepção da verdade das coisas, a comprovação. Os demais conteúdos ajudam a entender a construção do programa de ensino, inclusive, os exercícios militares que deveriam ser realizados pelos professores com a finalidade de moldar o corpos dos escolarizados.

Em Mato Grosso, ao receber notícias sobre a funcionamento dos grupos escolares em São Paulo, começavam algumas reclamações sobre o modelo em grupo escolar. Em relatório do Presidente de Estado, ele contesta os modos de estabelecimento do regime disciplinar, que acontecia nos grupos escolares. Talvez por haver conhecido os dois primeiros grupos escolares da Capital e por possuir informações sobre as práticas nessas instituições nos espaços escolares paulistas. E, ao relatar sobre os grupos escolares assim manifestou



O regime educativo estabelecido nesses institutos, é de crer-se que será de todos o preferível, mas o que é certo, é que, lá mesmo em São Paulo donde vem o tipo pelo qual estão sendo modelados os daqui, há ilustres e projetos preceptores, experimentados na prática do ensino, que divergem completamente da orientação dada a esses modelos, dizendo que “ a disciplina escolar que assenta essencialmente no carinho e afeição do professor para com os seus alunos, de modo a encaminhar e dirigir estes, não pelo temor, mas pelos conselhos e persuasão, não existe infelizmente nos nossos estabelecimento de ensino onde só se vê uma verdadeira disciplina militar apenas com a variante de serem as ordens dos professores transmitidas pelo tímpano, em vez de serem-nos pela caneta.”[...] Como já tive ocasião de dizer no meu relatório do ano passado, não concordo com essa disciplina obsoleta, cheia de artifício puramente materiais, que levam a criança a perder toda espontaneidade de ação, para tornar-se um verdadeiro autômato, no inconsciente, enfim quase um cretino. (MATO GROSSO, Relatório Major José Estevão Corrêa, APMT-1912. Cuiabá, 29 de março de 1912.

Queixava a autoridade do modo disciplinador aplicado pelos professores dos grupos escolares. Toma como referência uma manifestação de um professor paulista e assegura que o modelo estava voltado à efetivação de uma postura militar, de uma disciplina que contemplava os objetivos dos quartéis e não da escola. Questões que obrigavam os professores a disciplinar pelos ouvidos e não pelas práticas do ensino com as canetas. E, o dirigente desvela sua compreensão assegurando que a forma de concretização do regime disciplinar conduzia “[...] a criança a perder toda espontaneidade de ação, para tornar-se um verdadeiro autômato, no inconsciente, enfim quase um cretino”. Manifestação que soa como uma denúncia do trato educativo pelo corpo, isoladamente, e não pelo pensamento, pelos valores sociais, pelo incentivo, pela afetividade. Portanto, o disciplinamento nos grupos escolares estava transformando crianças em máquinas autômatas, ou “cretinas” como assegurou o dirigente.

Se desde o início da constituição dos grupos escolares a questão estava envolta as circunstâncias de organização, desde a disciplina a forma de desenvolvimento das atividades pelos professores, os grupos escolares não obtinham uma unanimidade administrativa. Estavam sendo questionados.<sup>2</sup> Esses questionamentos partiam exatamente do interior das instituições educativas, produzidas pelos professores, manifestadas também por dirigentes do poder estatal.

---

<sup>2</sup> Aguçando sua contrariedade sobre os modos disciplinares, em outro parágrafo do mesmo relatório, a autoridade assim manifestava: “[...] Não, não é disciplina essa que faz as crianças se moverem como polichinelos ao som de um tímpano anacrônico pois que a ordem se obtém sem necessidade desses processos grotescos, incompatíveis com a educação afetiva sobre a qual deve assentar-se toda a boa disciplina de uma escola. Não é disciplina essa que quer a criança imóvel de braços cruzados, em atitude servil, a ouvir uma lição. Uma compostura digna e respeitosa, não se compadece com esse constrangimento humilhante. Nada disso fazemos questão da disciplina que educa o aluno na escola do dever ensinando-o a fazer bom uso de sua liberdade, de modo a não desmerecer jamais do bom conceito, nem por parte de seus preceptores, nem pela de qualquer de seus colegas. Isto, é o mais que por brevidade omito, enquanto ao regime dos grupos [...]”.(MATO GROSSO, Relatório Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 29 de março de 1912)

#### 4. Grupos escolares como centralidade política.

Instalar os grupos escolares e fazer com que pudessem alcançar seus objetivos eram determinações dos republicanos em todos os lugares do Estado de Mato Grosso. Em Cáceres foi instalado um dos grupos escolares no coração do pantanal brasileiro, no interior do que denominavam como “sertão brasileiro”. Os estudos apontam que essa instituição tinha finalidade bem definida de alavancar o processo educativo em uma das mais populosas cidades de Mato Grosso. Ao realizar a instalação do Grupo Escolar, os dirigentes da instituição foi homenagear o então Presidente do Estado, Esperidião Marques, somente em 1924.

Com festas desde a instalação da pedra fundamental que ordenou a construção do edifício, autorizado pelo governador Pedro Celestino, o prédio entrou em construção, no valor de \$ 207,500,000, sob a responsabilidade do empresário Sr. José Corbelino. Em 31 de agosto de 1913, houve uma festa de início das obras pelas quais manifestaram estudantes, professores, dirigentes políticos e representantes do poder estatal. (Silva, 2011). Por sua suntuosidade e por suas homenagens esse prédio escolar tem um simbolismo marcante para a cidade e região<sup>3</sup>. A festa, portanto, era um dos modos de aceitar, reconhecer e valorizar a instituição e as pessoas designadas para tal evento. Provavelmente uma das consideradas “festas cívicas” mais intensas na sociedade da época. Um evento em que a sociedade cacerense vibrava com o desígnio do Governador do Estado. Afinal, receberia no espaço da cidade um dos mais suntuosos edifícios que a população conhecia desde a fundação da Cáceres em 1778. Assim, demonstrava os princípios de visibilidade do pensamento republicano de que nos assegura Carvalho (2010).

Como diz esta pensadora ao analisar os grupos escolares

Estes edifícios puderam sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular: convencer, educar, dar-se a ver! O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio, lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto dimensões simbólicas e pedagógicas (SOUZA, 1998, p. 123).

---

<sup>3</sup> Um pouco do simbolismo desse grupo escolar está alicerçado nestas considerações “A construção do Grupo Escolar Esperidião Marques teve início no ano de 1913 e foi encerrada em 1920, na esquina da Praça Duque de Caxias, parte central da cidade. O prédio foi inaugurado em 09 de março do referido ano, mas só em junho de 1924 passou a designar-se Grupo Escolar Esperidião Marques. [...] nome escolhido pelas autoridades locais para prestigiar Manuel Esperidião da Costa Marques, filho de Coronel Salvador da Costa Marques e de D. Augusta Nunes Rondon Marques, descendente de uma das mais influentes famílias do Estado. Pelo Decreto nº 669 de 05 de junho de 1924, no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, passou então a se chamar Grupo Escolar Esperidião Marques, como homenagem do presidente do Estado a Manuel Esperidião da Costa Marques, graças aos serviços prestados a educação na região”. (Silva, 2011, p. 114-115)

Estes argumentos ajudam a pensar as questões da arquitetura e também as construções pedagógicas. Exatamente para que possamos refletir sobre os modos como esse tipo de instituição é constituída e os objetivos a que a forma organizativa se propõe para fazer reconhecido os esforços e exigências produzidas pelo regime republicano. Tal perspectiva de ensino ajudava a moldar o caráter dos jovens e a acentuar a natureza dos grupos escolares. Em Cáceres a instalação desse disposto escolar seguiu as mesmas orientações do modelo paulista em busca da realização da cidadania republicana para disciplinarização dos sujeitos, visando, sobretudo a constituição de uma civilização.

### Referências

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane T. et al (orgs.) 500 anos de Educação no Brasil. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2010
- SÁ, Nicanor Plahares & SÁ, Elizabeth F. de. Revisitando a história da escola primária: Os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República. Cuiabá:EDUFMT; 2011
- REIS, Rosinete Maria dos. Palácios da Instrução: Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso. Cuiabá: EDUFMT/FAPEMAT; 2006..
- MAGALHÃES, Justino. Tecendo Nexos: História das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora da USF;2004.
- FOUCAULT, Paulo M. Retornar a História In: FOUCAULT, P.M: Arqueologia das ciências e historia dos sistemas de pensamento. Dito e Escritos II. Org. Manoel B. Motta; Trad. Elisa Monteiro; Rio de Janeiro: Forense;2000.
- SILVA, Adriane Cristine. Grupo escolar Esperidião Marques: Uma contribuição para os estudos das instituições Escolares em Mato Grosso - 1910 – 1947. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFGD; 2011.
- MATO GROSSO, Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, 1º Vice Presidente do Estado, em exercício à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a 2ª sessão da 8ª legislatura em 13 de maio de 1910.
- MATO GROSSO, Relatório apresentado ao Ex.mo Sr. Dr. Manoel P.de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios do Int., Justiça e Fazenda, pelo Major José Estevão Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 29 de março de 1912. APMT-1912
- MATO GROSSO. Relatório da Diretoria Geral de Instrução Pública do Diretor Geral José Estevão Corrêa para o Secretário do Interior, Justiça e Fazenda - Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes. APMT - 1913. Cuiabá, 15 de março de 1913.
- MATO GROSSO, Regimento Interno pra os Grupos Escolares do Estado de Mato Grosso. Organizado de acordo com o Parágrafo 1º do Art. 77 do Regulamento da Instrução Pública e Decreto nº 258 de 20 de agosto de 1910. APMT – Livro 213. Cuiabá, 4 de novembro de 1916.
- MATO GROSSO, Mensagem dirigida Pelo Exmº. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléa Legislativa, ao instalar-se a 2ª sessão da 10ª legislatura em 15 de maio de 1916.